

**SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR AMADEUS - SESA
FACULDADE AMADEUS - FAMA
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**

**JUAREZ CRISPINIANO DE OLIVEIRA
NATALY SILVA ALVES DOS SANTOS**

**O COMÉRCIO EXTERIOR SINO-BRASILEIRO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS
MEDIANTE A ASCENÇÃO CHINESA**

**Aracaju – SE
2019**

**JUAREZ CRISPINIANO DE OLIVEIRA
NATALY SILVA ALVES DOS SANTOS**

**O COMÉRCIO EXTERIOR SINO-BRASILEIRO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS
MEDIANTE A ASCENÇÃO CHINESA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade Amadeus como requisito para
aprovação final e obtenção do grau de bacharel em
Administração.

Orientador:
Prof. Me. Adelmo Santos Porto

**Aracaju – SE
2019**

O48c OLIVEIRA, Juarez Crispiniano de
O comércio exterior sino-brasileiro : desafios e perspectivas
mediante a ascensão chinesa / Juarez Crispiniano de Oliveira,
Nataly Silva Alves dos Santos. – Aracaju, 2019.

45f.

Orientador: Prof. Msc. Adelmo Santos Porto.

Relatório Científico de estágio (como requisito para obtenção
do grau de bacharel em Administração.) – Faculdade Fama, 2019.

1. Administração 2. Relatório I - PORTO, Adelmo Santos (orient.)
II- Título

CDU: 658 (047.31)

**JUAREZ CRISPINIANO DE OLIVEIRA
NATALY SILVA ALVES DOS SANTOS**

**O COMÉRCIO EXTERIOR SINO-BRASILEIRO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS
MEDIANTE A ASCENÇÃO CHINESA**

**Relatório de Estágio Supervisionado apresentado à Faculdade Amadeus como requisito
para aprovação final e obtenção do grau de Bacharel em Administração.**

**Paulo Sérgio Melo dos Santos, Me.
Coordenador do Curso**

**Adelmo Santos Porto, Me.
Orientador**

1º Examinador

2º Examinador

Aracaju (SE), ____ de _____ de ____.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus, porque sem não somos nada, por tudo que tem feito e fará em minha vida, por me proporcionar a oportunidade do conhecimento, por cada passo dado sempre buscando evoluir, pela certeza de que toda honra e toda glória depende sempre do senhor.

Gostaria de agradecer a minha família, irmãos, amigos, enfim, a todas as pessoas que diretamente ou indiretamente fizeram-me acreditar que eu iria conseguir e que para conseguir eu precisava dá o primeiro passo e principalmente acreditar naquele passo dado.

Agradecer em especial aos meus pais, Sr. João e D. Dalva, os pilares da minha vida, minha base, meus alicerces. Não poderia chegar hoje até aqui se não tivesse a participação e colaboração deles, sempre mim fortalecendo nos momentos em que mais precisei. Se hoje cheguei até aqui e conquistei essa vitória não poderia tê-lo alcançado sem a participação de vocês.

Enfim, agradeço a todos professores, agradeço aos colegas por ao longo desses quatro anos que estivemos juntos e podemos somar conhecimento e dividir experiências. Aos mestres pelo conhecimento que mim passaram durante esses anos, aos colegas pela convivência e por tudo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado saúde e sabedoria superar as dificuldades.

Agradeço aos meus professores por ter compartilhado comigo da melhor forma o seu conhecimento.

Agradeço ao meu orientador por toda dedicação e apoio na elaboração do meu projeto final.

Agradeço a minha mãe por sempre está do meu lado acreditando em mim me dando força e me apoiando nessa caminhada.

Ao meu pai...mesmo ausente se fez mais presente do que tudo. ...por sua presença espiritual à qual sempre nos meus momentos de tristeza me fizeram tomar coragem e continuar seguindo em frente pois sei que aonde estiver estará sempre feliz em saber que estou seguindo o caminho do bem.

Agradeço aos meus amigos por toda contribuição, por fazerem parte dessa história e terem me ajudado a chegar até aqui!

Aos meus pais pelo carinho, aos
mestres e amigos e o apoio em todo
tempo.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	08
2 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA	10
2.1 HISTÓRICO DA EMPRESA.....	10
2.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	10
2.3 MISSÃO, VISÃO, OBJETIVOS, VALORES E SERVIÇOS.....	10
2.4 OBJETIVOS	11
2.5 PRODUTOS E/OU SERVIÇOS	11
2.6 RECURSOS HUMANOS	11
2.7 RAMO DE ATIVIDADE	12
3 ASPECTOS CONCEITUAIS.....	13
3.1 CORPORAÇÕES E O COMÉRCIO EXTERIOR	13
3.2 PORQUE EXPORTAR	13
3.3 ASPECTOS DA RELAÇÃO SINO-BRASILEIRAS.....	14
3.4 A INDÚSTRIA CIMENTEIRA E AS EXPORTAÇÕES	24
3.5 AS BARREIRAS A EXPORTAÇÃO E AS POSSÍVEIS SOLUÇÕES	26
4 ATIVIDADE DE ESTÁGIO E ANÁLISE DE RESULTADOS	30
4.1 MÉTODO UTILIZADO PARA A ANÁLISE DOS RESULTADOS DO ESTUDO...	30
4.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS	31
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS	38
ANEXOS	44

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo discute o comércio exterior entre o Brasil e a China no período compreendido entre 2000 a 2014 e a influência comercial que este país exerce na indústria brasileira, evidencia-se que a abertura do mercado chinês trouxe desenvolvimento para a China e para todos os países que se envolveram em relações cada vez mais dinâmicas e complexas com o país, contudo, o acelerado crescimento chinês tem-se tornado complexo ao passo que pode ocasionar implicações sobre o Brasil. A princípio a participação da China nas exportações teve como efeito a primarização dos bens exportados que foram constituídos e realizados inicialmente por meio de *commodities* como alimentos e produtos da indústria extrativa, enquanto na pauta importadora os produtos de maior elaboração industrial ganharam participação significativa.

O ambiente macroeconômico sempre direcionou que uma das possibilidades para uma empresa atingir outros cenários e aumentar sua lucratividade, está diretamente ligado ao seu acesso em mercados exteriores, permitindo, assim o acesso a outros mercados de capitais, fortalecendo desta forma a sua competitivamente. Vários motivos levam os países a exportarem ou importarem os seus produtos, no entanto, esses motivos podem ser os mais diversos e estarem relacionados aos mais variados interesses, nesse sentido, no crescimento do comércio exterior Brasil-China é imprescindível entender o que afeta a dinâmica do comércio entre as duas nações, além dos efeitos causados por este na indústria brasileira. Portanto, a questão norteadora a ser levantada é a de que o crescimento da participação do comércio chinês afeta as exportações e importações, causando o direcionamento da pauta exportadora a produtos básicos enquanto que a pauta importadora se direciona a produtos de maior elaboração industrial. Assim, serão analisadas as relações comerciais entre Brasil e China.

O trabalho é relevante por trazer contribuições na medida em que constituiu uma investigação de caráter analítico sobre a importância das relações comerciais Brasil-China e a exportação cimenteira, a fim de identificar os fatores que influenciam essa relação comercial e como a ascensão econômica chinesa pode influenciar positivamente o comércio exterior entre as duas nações, portanto, qualquer país com boas relações comerciais é sinônimo de crescimento, e essa importância dos relacionamentos transcendem os motivos materiais, estando relacionado a motivos comerciais em que a compra e a venda de mercadorias podem fazer parte do conjunto mais abrangente de contratos e ações entre os países. A importância política é relevante nas transações comerciais podendo determinar o volume de negócios entre os países, verifica-se em países em que há boas relações comerciais, o crescimento é evidente

e a realização desse trabalho é importante para analisar as relações comerciais entre países, suas vantagens e desvantagens e o que essa relação pode representar para a economia das nações envolvidas.

A presente pesquisa tem como objetivo geral discutir as relações comerciais brasileiras com a China no período compreendido entre 2000 e 2014 e a influência que o comércio exterior exerceu na indústria cimenteira no Brasil. Enquanto, os objetivos específicos que norteiam esta pesquisa são: analisar a importância das relações comerciais sino-brasileiras; identificar a existência de restrições e/ou barreiras alfandegárias e entender o comportamento histórico das duas nações e as tendências de médio e longo prazo referentes à exportação de cimento.

A pesquisa se insere metodologicamente de uma pesquisa do tipo exploratória-descritiva. Com o intuito para obtenção dos resultados desta pesquisa utilizou-se os seguintes métodos: exploratório, quantitativo, revisão de trabalhos na literatura e pesquisas de campo que foi feita numa empresa do ramo de cimentos para verificar e comprovar os objetivos das informações propostas neste trabalho.

Com referência aos objetivos foi necessário a realização de pesquisa exploratória e descritiva em função do levantamento das características do processo de exportação de cimentos na relação Brasil-China e do local de coleta dos dados de campo. Já em relação ao tratamento dos dados, a pesquisa foi quantitativa visto que os dados estatísticos foram comparados com as variáveis dos períodos de exportação exercidos pela empresa com a China.

A respeito do tipo de coleta, os dados obtidos em campo foram modelados através da análise dos parâmetros de processo de exportação executado pela empresa, para isso foram utilizados dados estatísticos das exportações e entrevistas semiestruturadas com os profissionais do departamento de compras e negócios de comércio exterior da empresa de cimentos Votorantim.

A coleta de dados ocorreu nos dias 02, 03 e 05 do mês de maio/2019 e foi realizada na fábrica de cimentos do Grupo Votorantim, localizada na Fazenda Brandão, s/n - Zona Rural, Laranjeiras – SE.

2 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA

2.1 HISTÓRICO DA EMPRESA

Fundado em 1918, o Grupo Votorantim está entre os maiores grupos econômicos brasileiros. Suas empresas são líderes ou têm participações destacadas em todos os mercados em que atuam. Apresenta também importante participação no setor financeiro e vem agregando a seu portfólio novas atividades como biotecnologia e tecnologia da informação. O Grupo Votorantim está entre os maiores grupos econômicos brasileiros, suas empresas são líderes ou têm participações destacadas em todos os mercados em que atuam, como nas áreas de produção de cimento, celulose, papel, alumínio, zinco, níquel, aços longos, filmes de polipropileno biorientado, especialidades químicas e suco de laranja. Possui também importante participação no setor financeiro, através do Banco Votorantim.

Suas empresas, em conjunto, contribuem de modo expressivo para as exportações brasileiras, atendendo a mercados do mundo inteiro. Com a internacionalização do setor cimenteiro, possui unidades estrategicamente localizadas próximas aos mais importantes mercados consumidores em crescimento e estamos presente em 13 países, além do Brasil: Argentina, Bolívia, Canadá, Chile, China, Espanha, Estados Unidos, Índia, Marrocos, Peru, Tunísia, Turquia e Uruguai, que passaram a fazer parte de seus ativos, contribuindo para a diversificação de riscos e a geração de caixa em moeda forte.

2.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.

Segundo (MINTZBERG, 1995) *apud* (NUNES, 2016) a estrutura de uma organização é a soma total das diferentes maneiras as quais o trabalho é dividido em tarefas, e como a coordenação destas tarefas é feita. Nesse sentido a fábrica de cimentos Votorantim está organizada de acordo com o organograma no Anexo A.

2.3 OBJETIVOS ORGANIZACIONAIS

As organizações planejam objetivos organizacionais a fim de interpretar a missão organizacional e estabelecer os objetivos da organização, bem como os meios necessários para realização desses objetivos com o máximo de eficácia e eficiência (CHIAVENATO, 2004).

Os objetivos da Fábrica de Cimentos Votorantim são: obter os meios necessários para realização do máximo de eficácia e eficiência nos produtos desenvolvidos. As informações sobre os produtos e serviços devem ser sempre claras e verdadeiras. Dados técnicos, em especial requisitos de segurança, saúde e meio ambiente, serão obrigatoriamente informados aos clientes. Cada produto deve seguir rigorosamente às exigências legais do mercado ao qual se destina. É compromisso da Votorantim contribuir para o processo de criação de valor de seus clientes, por meio do atendimento às suas expectativas e do desenvolvimento de soluções inovadoras.

2.4 PRODUTOS E/OU SERVIÇOS.

Os serviços e produtos segundo Kotler (2000, p. 39), podem ser caracterizados como “qualquer ato ou desempenho, essencialmente intangível, que uma parte oferece a outra e que pode ou não estar ligado a um produto concreto”. Enquanto Grönroos (2003, p. 68), por sua vez, define serviços como “uma série de procedimentos cuja produção e consumo são inseparáveis e nos quais muitas vezes o cliente participa de sua concepção”.

Segundo o Código de Defesa do Consumidor em seu Art. 3º § 1º Produto é qualquer bem, móvel ou imóvel, material ou imaterial. E ainda, no Art. 3º § 2º Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhistas.

Quanto à empresa aqui estudada, a sua atividade econômica principal é o Comércio Atacadista de São fabricados o cimento Portland, um pó fino com propriedades aglomerantes que endurece sob ação da água. São cinco as nossas marcas comercializadas: Votorantim, Itaú, Tocantins, Aratu e Poty; Concreto com a Engemix; agregados como: britas e areias extraídas por meio de mineração e moídas em diferentes dimensões e Produtos Complementares: Argamassas, Cal, Calcário Agrícola, Calcário Agrícola Itaú, Gesso Agrícola, Cimento Branco.

2.5 RECURSOS HUMANOS

Conforme Chiavenato (2003), recursos humanos constitui-se como área interdisciplinar que tem a capacidade de envolver inúmeros conceitos oriundos de várias áreas, por tratar diretamente com o ser humano, ou seja, indivíduos com personalidades diferentes, o

que requer de qualquer especialista na área de recursos humanos uma experiência e um bom volume de conhecimento em diferentes áreas.

Para Cruz e Santana (2015) o Recursos Humanos é uma associação de habilidades e métodos, políticas, técnicas e práticas, definidas com o objetivo de administrar os comportamentos internos e potencializar o capital humano, selecionando e conduzindo os colaboradores na direção dos objetivos e metas da empresa.

A empresa em destaque, devido a sua alta produção e diversificação de produtos, tem 478 funcionários, distribuídos em diversas áreas da empresa, porém a área em análise é a de Supervisão de Vendas e Comércio Exterior: composta por um supervisor, um analista de risco e investimentos e um gerente de produção.

2.6 RAMO DE ATIVIDADE

A CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas, aplicada a todos os agentes econômicos que estão engajados na produção de bens e serviços, podendo compreender estabelecimentos de empresas privadas ou públicas, estabelecimentos agrícolas, organismos públicos e privados, instituições sem fins lucrativos e agentes autônomo (pessoa física) (RECEITA FEDERAL, 2018).

A atividade principal de empresa, segundo o CNAE é a Fabricação de cimento, fazendo, portanto, parte do ramo primário dos setores da economia.

3 ASPECTOS CONCEITUAIS / FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta parte do estudo, serão abordados aspectos referentes ao comércio exterior, as relações comerciais sino-brasileiras, enfatizar as barreiras comerciais, a indústria cimenteira e o mercado externo, além de expor as leis pertinentes aos processos de exportação, além dos fatores de risco para exportar. Através desse aporte teórico enfatiza-se a importância da realização de transações comerciais internacionais e os fatores positivos desse tipo de negócio.

3.1 AS CORPORAÇÕES E O COMÉRCIO EXTERIOR

Comércio exterior refere-se às relações entre países mais precisamente importação e exportação. Exportar é o ato de remeter a outro país mercadorias produzidas em seu próprio ou em terceiros, que sejam de interesse do país importador, e que proporcione a ambos países envolvidos vantagens na sua comercialização ou troca. É, portanto a saída de mercadorias para o exterior. Importar é o ato inverso, ou seja, adquirir em outro país ou trocar com este, mercadorias do seu interesse, que sejam úteis à sua população e seu desenvolvimento, isto é, a entrada de bens produzida no exterior (LOPES VAZQUEZ, 2009).

Segundo Keedi, Samir (2011) e Lopes Vazquez (2011) comércio exterior está diretamente relacionado às relações comerciais entre países, ao qual quebram barreiras e fortalecem suas economias.

Em geral, o comércio refere-se à compra e venda de mercadorias, envolvendo necessariamente duas partes: “O termo comércio deriva do conceito latim *commercium* e refere-se à negociação que tem lugar na hora de comprar ou vender gêneros/bens e mercadorias. [...] por outras palavras, o comércio é a atividade socioeconômica que consiste na compra e na venda de bens...” (CONCEITO, 2011).

Segundo Bianchi e Gualda (2017) *apud* Maia (2010, p. 05), “o comércio internacional é como uma via de duas mãos, na qual as vendas são representadas pelas exportações e as compras pelas importações. Maia ainda defende a tese de que o Comércio Exterior tem feito com que a integração do Brasil e demais países cresça a cada dia, fortalecendo a competitividade entre eles”.

3.2 PORQUE EXPORTAR

As empresas são motivadas a exportar seus produtos por diversos fatores conforme assegura Minervini *apud* Tomelin (2013, p. 7) afirma que:

os motivos para exportar são claros e existem alguns meios do "por que" as empresas devem exportar seus produtos, tais como: dificuldades de vendas no mercado interno, melhor aproveitamento das estações, possibilidade de preços mais rentáveis, melhor programação da produção, prolongamento do ciclo de vida de um produto, diversificação de riscos, melhorar a imagem com fornecedores e estratégia de desenvolvimento da empresa.

Segundo a teoria o comércio internacional oferece algumas explicações relativas às características do produto e condições do país de onde se originam as exportações, nesse sentido, Christensen (2008, p. 87) afirmam que:

a teoria das vantagens comparativas, que afirma que um país exports aqueles produtos para os quais dispõe de vantagens comparativamente a outros produtos no país, e importa aqueles nos quais está em desvantagem relativamente a outros produtos. Outra explicação é oferecida pela teoria da proporcionalidade de fatores, de Heckscher e Ohlin, que afirma que um país tende a especializar-se naqueles produtos que usam em maior quantidade os fatores de produção mais abundantes no país.

Com base na história mais recente do Brasil, o governo federal tem evidenciado a abertura de mercado, bem como o fechamento de acordos comerciais internacionais, nesse sentido, as empresas têm tentado suprir os problemas decorrentes das quedas das vendas no comércio interno e o mercado externo surge como uma oportunidade de sair da crise, principalmente porque as oportunidades de negócios externos vêm crescendo e podem assegurar a sobrevivência destas empresas e contribuir com seu crescimento (CHRISTENSEN, 2008).

Com relação as barreiras que podem afetar este tipo negócio e, estas podem estar relacionadas aos tipos de produtos e mercados de destino escolhidos para efetuar as exportações, nesse sentido, aqueles que enxergam como dificuldades as barreiras dificilmente irão exportar, enquanto aqueles que visualizam as possibilidades de sucesso e aproveitam oportunidades que advém destes mercados, veem as barreiras apenas como obstáculos a serem superados e nesse caso, a tendência é obter possibilidades de êxito (CHRISTENSEN, 2008).

Um fator importante ao se avaliar em exportar ou não, se refere a união aduaneira, visto que, está proíbe a aplicação de tarifas ou outras barreiras comerciais entre seus membros

(da mesma forma que a área de livre comércio), e além disso “harmoniza as políticas comerciais (tais como o estabelecimento de valores tarifários comuns) em relação ao resto do mundo” (SALVATORE, 2013, p. 175).

Segundo Rodrigues (2004, p. 29) o interesse quando da participação empresarial no comércio exterior se baseia em dois parâmetros diferentes, o primeiro se refere ao aspecto político e o segundo parâmetro se refere à função estratégica definida pelo governo de um país e o comercial, nesse sentido, diretrizes de atuação das empresas se baseiam conforme:

- a) Países: fonte de recursos; equilíbrio do balanço de pagamento; atualização de tecnologia; diversificação de mercados; ampliação da pauta de exportação; e desenvolvimento social (geração de empregos).
- b) Empresas: aproveitam a capacidade ociosa, diversificação de mercados, compensação advindas dos tributos, a formação de nome global e aproveitamento dos incentivos governamentais (LOPEZ, 2012).

Portanto, evidencia-se que se os interesses empresariais e dos países são convergentes, contudo, os esforços utilizados representam vantagens significativas para todos, assim, ambos visam de forma comum obter tanto o desenvolvimento social e político quanto o econômico (LOPEZ, 2012).

3.3 ASPECTOS DA RELAÇÃO SINO-BRASILEIRAS

A China permaneceu altamente fechada até o fim do século XIX, quando abriu sua economia por um tempo, mas voltou a se isolar com a ascensão de Mao e do Comunismo. Durante esse período, sua participação no comércio internacional era mínima, porém, a China possui 20% da população e era um mercado muito cobiçado pelas grandes potências comerciais. Contudo, a morte de Mao em 1976 levaria à abertura da China para a economia de mercado (FACCINI; TRICHES; GODOY, 2014).

Além disso, é importante ressaltar que a partir de 1971 a República Popular da China passou a fazer parte dos membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, no lugar da República da China, ou Taiwan. Esse fato já ilustrava o início da inserção política internacional chinesa, porém, a inserção econômica só começaria com Deng Xiaoping, que se tornou líder preeminente em 1978 (NOGUEIRA, 2011).

No período constituído entre 1976 a 1992 ocorreram reformas iniciais no mercado, que se constitui o que poderia ser chamado de uma economia de mercado não capitalista. A China continuou a ser dominada pelo setor público apesar das empresas privadas em pequena

escala terem sido autorizadas a funcionar abertamente depois de 1978, contudo, as empresas de propriedade estatal e coletiva que são caracteristicamente fundamentais no sistema das unidades de trabalho sobreviveram, estas, porém, continuaram a ser baseadas na propriedade pública e no emprego permanente. Após 1984, as trocas mercantis substituíram gradualmente a economia planificada e os incentivos econômicos foram usados para estimular gestores das empresas a aumentar as taxas de lucro, mas a sua capacidade em dar prioridade aos lucros continuou a ser limitada pelas responsabilidades que as unidades de trabalho tinham para com os seus membros (ACIOLY, 2011).

Em seguida, Deng implantou as Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), que existem até hoje. As ZEEs são polos industriais localizados ao longo do litoral chinês que foram criadas como uma forma de atrair investimentos internacionais e empresas transnacionais para a China. Este objetivo foi concluído, pois era muito vantajoso para as empresas transnacionais conquistar o mercado chinês, que conta com mão de obra abundante e barata e um mercado consumidor maior que em qualquer outro país do mundo (NOGUEIRA, 2011).

Segundo o próprio Deng Xiaoping, tais ZEEs seriam os instrumentos através dos quais a China estabeleceria relações ativas, inclusive econômicas e culturais com outros países na base dos ‘Cinco Princípios de Coexistência Pacífica’. Estas relações, por sua vez, “seriam essenciais para que o país alcançasse os países desenvolvidos em 50 anos” (DIEGUES, 2009, p. 6).

Desde a ascensão de Xiaoping, a economia chinesa passou a crescer exponencialmente, chegando a uma taxa de 10% ao ano. A partir de 1990, a China se torna o país que mais atrai capitais internacionais no mundo devido a uma combinação de fatores como câmbio desvalorizado e incentivos fiscais. Com isso, se tornou o maior polo de poder na Ásia e aproximou suas relações com os países asiáticos, configurando-se, cada vez mais, como destino das exportações desses países (NOGUEIRA, 2011).

O Estado decidiu manter o controle sobre algumas grandes empresas, estas foram reestruturadas para se adaptarem a um modelo de grande empresa em que os seus ativos foram convertidos em ações cotadas na Bolsa. O Estado manteve o controle sobre as maiores empresas de cunho estratégico, como no petróleo, no aço, na energia elétrica nas telecomunicações e na indústria de armamento. De modo a manter alguma capacidade de dirigir as empresas públicas na linha dos interesses políticos, o Partido Comunista Chinês manteve o poder de nomear administradores para posições hierárquicas e as autoridades governamentais continuaram a usar os “holdings” públicos, para levar adiante os objetivos almejados pelo Estado (MORINI, 2006).

Com a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001, que acompanhou a eliminação das restrições legais ao comércio internacional e ao investimento externo, o que veio reforçar as reformas do mercado, levando empresas chinesas a ficarem submetidas à concorrência internacional. E todas as empresas foram levadas a reduzir o custo do trabalho e também os custos sociais que não contribuía diretamente para aumentar a rentabilidade (ACIOLY, 2011).

Porém, a entrada na OMC não foi vantajosa apenas para os investidores. No ano 2000, a China representava 3,9% das exportações mundiais, já em 2005, apenas cinco anos depois de serem aceitas na Organização, as exportações chinesas já equivaliam a 7,3% do total mundial. Além disso, as reservas internacionais chinesas, em 2000 não chegavam a 200 bilhões, mas em 2005 o valor das reservas já ultrapassava os 800 bilhões de dólares (DIEGUES, 2009, p. 16).

O desempenho econômico apresentado pela China nos últimos 30 anos é conhecidamente o mais vigoroso entre os países em desenvolvimento. Os fatores que levaram a esse dinamismo são diversos e devem ser compreendidos dentro do contexto da crise de acumulação capitalista dos anos 1970, que resultou no movimento de liberalização e desregulamentação financeira a que as décadas seguintes assistiram. Por outro lado, fatores da estratégia chinesa de desenvolvimento e inserção internacional foram importantes para a manutenção dessa dinâmica de crescimento, e nesse sentido podemos mencionar: a reestruturação das atividades rurais; as políticas chinesas de incentivo ao desenvolvimento industrial e diversificação das formas de propriedade, a reestruturação do setor público estatal, as políticas de promoção de exportações em que a política cambial desempenhou papel fundamental e as formas de financiamento e atração de capital internacional por meio de um maior controle da movimentação desses capitais nas bolsas de Shenzhen e Shanghai e da diversificação legal dos investimentos estrangeiros diretos (MORINI, 2006).

A oficialização de liberalização comercial chinesa e consagração da economia de mercado adotada pela China vieram em 2001, quando o país entrou na Organização Mundial do Comércio (OMC). Com a adesão à Organização, a China assumiu uma série de compromissos:

Os compromissos chineses envolviam: O fim da discriminação de bens e serviços de outros membros da OMC; A revisão da legislação comercial chinesa para que estivesse de acordo com as regras da Organização; O fim dos subsídios a produtos agrícolas e à exportação; A ampliação do acesso a mercado; e a aplicação do Acordo sobre Direitos de Propriedade Intelectuais Relacionados ao Comércio (TRIPS, sigla em inglês) a partir da data de adesão (NAIDIN, BRANDÃO, VIANA, 2012, p. 7).

Desde 2001 a China já realizou amplas e significativas mudanças para se adaptar às exigências da OMC. Dentre elas, houve a diminuição das barreiras tarifárias de importação e a ampliação das relações comerciais com países em desenvolvimento. Hoje, o ambiente chinês é muito mais propício ao investimento estrangeiro, pois adota princípios como a não discriminação, o *rule of law* e a transparência (FACCINI; TRICHES; GODOY, 2014).

Como uma forma de diversificar suas parcerias, a China passou a comercializar com países africanos e latino-americanos através da importação de *commodities*. A crescente expansão da área industrial chinesa faz com que o país necessite de cada vez mais matérias-primas, insumos e alimentos, que passou a importar dos países em desenvolvimento ou daqueles subdesenvolvidos. Com isso, houve um aumento do preço das *commodities* no mercado internacional, possibilitando um superávit na balança comercial desses países exportadores (MORINI, 2006).

Um fato que comprova o interesse da China em se relacionar com países emergentes é a criação do BRIC, em 2006. O grupo reúne Brasil, Rússia, Índia e China (posteriormente, em 2011, a África do Sul passa a integrar o grupo, que muda sua nomenclatura para BRICS). Os BRICS não têm um processo de integração como o MERCOSUL ou a União Europeia, pois não possuem um documento constitutivo, o que sustenta essas relações é a vontade dos países-membros de aumentar suas relações políticas e, conseqüentemente, sua força política como grupo e como Estados (PUGA, 2005).

Em 2014, os BRICS criaram o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), que pretende financiar obras de infraestrutura em países subdesenvolvidos e em desenvolvimento. É o primeiro Banco de financiamento que não parte de uma iniciativa estadunidense ou europeia. Por isso, a criação do NBD mostra uma tentativa do grupo de mostrar sua influência na política mundial e sua emergência como um bloco que não pode ser desprezado (PUGA, 2005).

Apesar de a China já ter aberto seus mercados desde a década de 80 e fazer parte de vários processos internacionais, o termo Globalização só foi utilizado pelo governo do país em 1996. De fato, desde a década de 80, a China passava por processos de liberalização e inserção econômica internacional. É inegável a interdependência econômica entre o país e os EUA. Contudo, é preciso analisar outros aspectos da Globalização, como a participação na política internacional e a influência de outros países nas suas decisões. Com isso, será comprovado que a China passou para o mundo globalizado e se encontra em situação de interdependência complexa com seu maior parceiro comercial, os Estados Unidos da América (PUGA, 2005).

A China tem, então, um desenvolvimento econômico desigual e problemas demográficos, que farão com que o país se torne velho antes de se tornar rico. O país já progrediu muito desde a década de 80, porém, ainda há muito que precisa ser feito. As instituições chinesas são muito corruptas, o país ficou na 83ª posição no ranking, publicado pela ONG *Transparency* em 2015, que pretendia classificar, em ordem crescente, os países mais corruptos do mundo. Além disso, a rápida industrialização do país, que abrangeu apenas as ZEEs, no litoral chinês, causou uma enorme concentração de renda no país. Um estudo feito pelo Centro de Estudos de Planejamento Familiar da Universidade de Pequim constatou que 5% da população chinesa concentram 23% da riqueza nacional, enquanto os 5% mais pobres concentram apenas cerca de 0,1% da renda nacional (FACCINI; TRICHES; GODOY, 2014).

As liberdades que o Estado neoliberal assegura, segundo o autor, “refletem os interesses dos detentores de propriedade privada, dos negócios, das corporações multinacionais e do capital financeiro” (Crossetti e Fernandes, 2005, p. 17). Neste tipo característico de Estado, deve haver forte favorecimento aos direitos individuais e à propriedade privada, o regime de direito e as instituições de mercados de livre funcionamento e do livre comércio – o que Harvey denomina de “arranjos institucionais considerados essenciais à garantia das liberdades” (CROSSETTI E FERNANDES, 2005, p. 75).

Como o regime político do país não é uma democracia, a liberdade de expressão é muito limitada. Desde a década de 80 as reformas democráticas são prometidas, mas percebe-se um avanço muito lento nessa direção. Recentemente, o número de greves e protestos trabalhistas aumentou consideravelmente na China, pois os trabalhadores tomaram consciência de seus direitos e estão começando a lutar por eles (CROSSETTI e FERNANDES, 2005).

É necessário que a China passe por um processo de democratização, para que possa conseguir mais estabilidade interna e melhorar suas relações com outros países, pois o regime político do país ainda consiste em um problema para muitos de seus parceiros políticos e econômicos. É possível afirmar que já houve melhoras nas condições da população chinesa que agora já tem acesso a produtos mais baratos e não é mais assolada pela fome. Porém, as condições de trabalho e as limitações à liberdade de expressão ainda figuram um problema. Há, contudo, perspectiva de melhoras nesse quadro (CROSSETTI e FERNANDES, 2005).

A China é o país com maior quantidade de reservas internacionais em dólares do sistema e acaba mantendo políticas de desvalorização cambial como forma de incremento das suas exportações e de atrair mais divisas. Além disso, há a questão do enfoque da economia chinesa no desenvolvimento e na economia real, o que se contrapõe com a deterioração da economia real dos Estados Unidos por conta da financeirização. Mediante este contexto, a

China tem intensificado sua busca por parceiros econômicos e, tem feito isto principalmente por meio de blocos e conglomerados econômicos, é nessa conjuntura que se insere a relação econômica sino-brasileira e o desenvolvimento do comércio exterior entre as duas nações (MORRISON, 2005).

Segundo Schneider (2015, p. 17) “na indústria brasileira foi verificado um incremento da participação no valor bruto de produção (VBP) dos bens básicos e uma perda da participação no VBP dos bens manufaturados”. O crescimento do comércio Brasil/China alterou a pauta exportadora brasileira significativamente em função da demanda chinesa, bem como teve influência na produção industrial com o crescimento das indústrias de alimentos, bebidas, tabaco e da indústria extrativa (FACCINI; TRICHES; GODOY, 2014).

Ainda do ponto de vista de Schneider (2015, p. 19) o Brasil atualmente tem por principal parceiro no comércio exterior a China, esta vem ganhando o espaço ocupado anteriormente por outras nações, como Estados Unidos e Argentina. Porém, a demanda chinesa por *commodities* afeta a pauta exportadora de forma direta, e o crescimento da participação das manufaturas provenientes da China no mercado mundial vem afetando indiretamente a produção de bens de maior elaboração industrial no Brasil. O período 2000 até 2014 é marcado pela crescente participação chinesa no comércio brasileiro, alteração da pauta exportadora brasileira e reestruturação da indústria brasileira que se adequou a uma nova dinâmica exportadora (SCHNEIDER, 2015).

No curto prazo esta relação é viável e traz benefícios para ambas as nações, porém, a longo prazo “a nação que se especializa nas *commodities* primárias tende a subordinar-se a nação mais desenvolvida em função da distribuição de fatores e tecnologia entre os países”, como apresentado por Salvatore (2006, p. 19).

Segundo MDIC (2008), as negociações internacionais só começaram a acontecer com a chegada da corte portuguesa ao Brasil no início do século XIX. Até então, o Brasil só comercializava produtos de origem agrícola, pois o monopólio português não permitia o desenvolvimento da indústria local.

Segundo Zumpano (2017, p. 28, Hitt *et al.*, 2008), os motivadores principais para a internacionalização são:

- a) O aumento do tamanho do mercado, contornando os limites de crescimento impostos por mercados (já atendidos) com baixa taxa de crescimento;
- b) A melhoria da rentabilidade, ao permitir, por exemplo, a diluição dos custos de P&D;
- c) A diminuição do risco das variações cambiais pela distribuição das atividades em vários países;

- d) O aproveitamento de economias de escala e escopo, o que depende da capacidade de padronização e utilização de plantas produtivas similares;
- e) As vantagens locacionais, relacionada ao acesso a matérias-primas ou à proximidade em relação a importantes consumidores.

Segundo Pillati e Santos (2011) *apud* Bianchi e Gualda (2017, p. 06), “a tendência de integração global se alastra em múltiplas conexões diretas e indiretas fazendo com que a economia se torne cada vez mais globalizada”. A competitividade de um país depende da facilidade de comunicação com outros países, o que torna necessária a fluência em idiomas ao nível de Língua Franca como, por exemplo, Inglês e Espanhol, sendo que a Língua Inglesa é a mais importante devido a seu vasto uso e abrangência.

Um ponto relevante a se observar quanto a economia brasileira em relação ao Brasil e a China, se refere ao tamanho de suas populações, visto que o Brasil tem 202,4 milhões de habitantes enquanto a China tem 1.4 bilhão de habitantes, implicando em imensas possibilidades para desenvolver grandes mercados internos e oportunidades para atender as necessidades potenciais consumidoras, busca chinesa por lançar mão de parcerias e fortalecer as relações comerciais exteriores brasileiras. “Dada à escassez de diversidade e de volume de recursos naturais necessários para manter suas taxas de crescimento, a China buscou consolidar uma rede internacional de fornecimento de matérias-primas” (COSTA e MENDONÇA, 2017, p. 75).

O Brasil passou a ser para os chineses uma das regiões de maior complementaridade, em face a necessidade de recursos naturais chinesa, estes tem buscado suprir essa demanda com a importação de produtos primários, por meio da rede de fornecimento de *commodities* utilizadas para suprir as necessidades de produção do país. Para BID (2005) a evolução do comércio bilateral entre Brasil e China reflete em:

[...] grande medida a evolução da especialização da economia chinesa, marcada pela tendência a uma crescente sofisticação das exportações, através da qual o país vem se especializando em exportar bens finais e importar bens intermediários. Do lado das importações chinesas houve um forte aumento das importações de petróleo e metalurgia – o que é descrito como o apetite insaciável por matérias primas (BID, 2005, *apud* CASTILHO, p. 4).

Os números divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) sobre a balança comercial brasileira, em 2014, refletem um quadro inquietante. O déficit observado no ano, de cerca de US\$ 4 bilhões, foi o pior para um ano

fechado desde 1998, quando foi identificado um saldo negativo de US\$ 6,6 bilhões (MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO, 2015a).

Entre 2000-2014 a relação comercial sino-brasileira obteve um exitoso desempenho, principalmente pela elevação dos preços das *commodities* no cenário mundial e, desse modo, favoreceu o superávit comercial apresentado no período. A relação Brasil/China de início é visualizada como vantajosa pelos principais economistas, isso reforça o impacto positivo das transformações ocorridas na economia chinesa para o Brasil, chamado por alguns autores, como Carvalho (2009), de “Efeito China”. O autor discorre sobre a importância da exportação de produtos primários, mas faz uma ressalva a respeito dessa participação:

O crescimento vigoroso das exportações brasileiras pode ser atribuído em grande parte aos efeitos da China sobre os produtos primários que nós exportamos e sobre outros países que exportam produtos primários para os quais o Brasil vende produtos industrializados, como muitos dos nossos parceiros comerciais na América Latina (CARVALHO, 2009, p. 119).

Desse modo, o Brasil não tem concentrado esforços em substituir a exportação de produtos de baixo conteúdo tecnológico por outros de maior valor agregado (CUNHA, 2012). Nesse sentido, o valor agregado aos produtos primários é muito baixo em relação a produtos como minério de ferro que tem valor altamente agregado, o que seria muito mais lucrativo para a economia nacional. Segundo a APEXBRASIL (2011), o país asiático se tornou o principal parceiro comercial do Brasil.

A crise econômico-financeira, os papéis desempenhados pela China e pelo Brasil nos processos de recuperação econômica doméstica e internacional, assim como a consolidação do G20, em setembro de 2009, como conselho decisório da economia mundial possibilitaram reforço dos laços e da parceria estratégica entre Brasil e China, propiciando o compromisso informal de retomada da perspectiva de uma posição comum nas instituições internacionais (OLIVEIRA, 2010, p. 6).

Oliveira (2010) aponta que uma característica que permeia o relacionamento sino-brasileiro é a existência de uma interdependência entre os países. No conjunto dos principais produtos exportados para a China, a participação brasileira na venda desses produtos corresponde a um percentual aproximado de 2%, comparado a exportação brasileira de minérios, ferro e soja, a China representa 32% e 42% das vendas externas brasileiras, portanto é neste setor que se encontra o principal interesse da parceria chinesa com Brasil.

O interesse Chinês em se relacionar com países em desenvolvimento é comprovado com a criação do BRIC, em 2006. O grupo reúne Brasil, Rússia, Índia e China (posteriormente, em 2011, a África do Sul passa a integrar o grupo, que muda sua nomenclatura para BRICS). Os BRICS não têm um processo de integração como o MERCOSUL ou a União Europeia, pois não possuem um documento constitutivo, o que sustenta essas relações é a vontade dos países-membros de aumentar suas relações políticas e, consequentemente, sua força política como grupo e como Estados (PUGA, 2004). Segundo a APEXBRASIL (2018), as exportações Brasil-China se apresentam como um paradigma se revelando da seguinte forma:

A grande capacidade exportadora da China é, paralelamente, acompanhada pelo crescimento das importações, impulsionadas por um mercado interno em expansão. A expansão do consumo interno tem sido recorrentemente enfatizada pelo governo chinês. No lado das importações da China, destacam-se os equipamentos eletroeletrônicos, combustíveis minerais, petróleo, maquinário, cimentos e produtos químicos. Percebe-se mais recentemente um crescimento da demanda na China por bens finais importados, comercializados principalmente por meio de plataformas de comércio eletrônico, que fazem parte da vida do consumidor chinês (APEXBRASIL, 2018, p. 27).

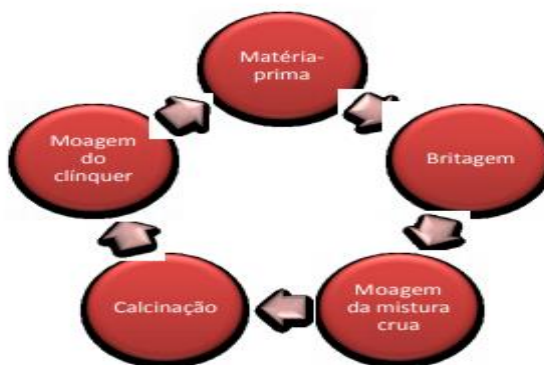
A evolução do comércio Brasil-China foi impulsionada tanto pelo crescimento das exportações quanto das importações, tendo o fortalecimento recente do comércio entre os países implicado no aumento das exportações brasileiras para a China e o aumento das importações de origem chinesa nas compras externas brasileiras.

3.4 A INDÚSTRIA CIMENTEIRA E AS EXPORTAÇÕES

O comércio exterior de cimento constitui-se ainda bem restrita, contudo, nas duas últimas décadas tem apresentado números relevantes de crescimento. As indústrias desse ramo exportam de forma regular, tem aproveitado as oscilações no mercado interno e tem investido em internacionalizar suas empresas, visto que por meio de franquias ou instalações próprias com o intuito de ampliar o comércio externo na relação com outros países por meio de acordos bilaterais, o que reduz significativamente o número de barreiras econômicas, além de abrir o leque para outros tipos de investimentos (ZUMPARO, 2017).

Segundo Zumpano (2017, p. 32) O cimento é um dos materiais mais importantes na construção civil, sendo uma commodity que não possui substitutos próximos. O processo produtivo do cimento se dá conforme a figura 2 a seguir.

Figura 2: Processo produtivo do cimento



Fonte: Zumpano (2017) a partir da DEPEC – BRADESCO (2017).

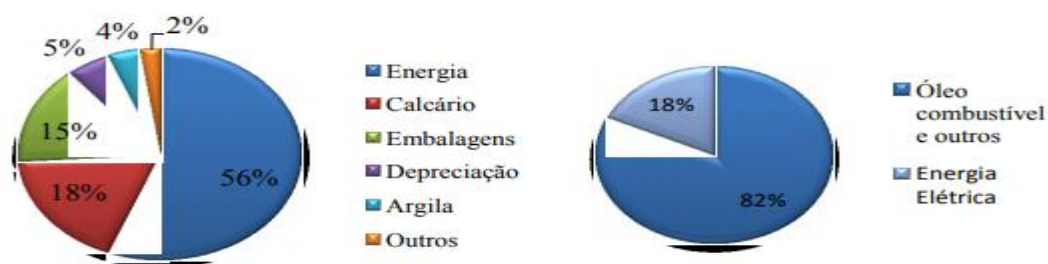
Nesse sentido Zumpano (2017) com base em BRADESCO (2017) descreve a produção do cimento da seguinte forma:

A cadeia produtiva passa pela extração da matéria-prima, ou seja, é feito a extração do calcário, normalmente a céu aberto. Em seguida, tem-se o processo de britagem, onde o calcário tem seu tamanho reduzido por britadores, com tamanhos conforme a granulometria, faz a moagem da mistura crua, homogeneizando essa mistura, fazendo com que o calcário, a argila e areia se transformem em pó para misturar, transformando em clínquer através da calcinação. Por fim, é feito a moagem do clínquer, junto com adições de gesso e outros aditivos, para obter o cimento (ZUMPANO, 2017, p. 33 *apud* DEPEC – BRADESCO, 2017).

Assim conforme Zumpano (2017, p. 33) o cimento caracteriza-se como um produto com aspecto homogêneo e principal componente para produção do concreto, por “isso tem alta relação com o setor de construção civil, sendo produzido em grandes volumes, com ganhos de escala”.

Outro fator relevante são os gastos com a produção, visto agrega vários outros processos até chegar ao produto, com relação as utilidades para produção de cimentos têm-se segundo Zumpano (2017, p. 35) apresenta na figura 3:

Figura 3: Custo de produção em 2017 (em %)



Fonte: ZUMPARO (2017, *apud* SNIC (2017) e DEPEC-BRADESCO (2017).

Conforme Zumpano (2017, p, 35) “o setor exige grandes quantidades de capital inicial para se investir, possuindo barreiras de entrada bastante significantes, sendo caracterizado como um setor oligopolizado”. Desse modo, a produção de cimentos requer muito investimento, não somente em utilidades para produção, mas também em mão de obra, transportes e outros serviços.

Os grandes grupos internacionais no ramo cimenteiro como a Lafarge, que possui uma frota marítima, o que torna o transporte de seus produtos com menos custos para a empresa, já a Holcim, tem a própria empresa de transporte marítimo, ou seja, transporta seu produto sem custos com estoque, com custos portuários por cargas, dentre outros, a Cemex que é o maior grupo exportador mundial de cimentos do mundo e o Grupo Votorantim que tem internacionalizado suas fábricas, de modo, a implantar sedes próprias em vários países, como os Estados Unidos, o Canadá e a China, ao internalizar suas empresas o grupo tem utilizado mão de obra local, tecnologias de ponta e reduzido os custos com exportação (ZUMPARO, 2017).

Outro ponto relevante são os acordos bilaterais e multilaterais, ou seja, são acordos firmados entre países com o intuito de oportunizar aberturas comerciais e redução das taxas de importação, de barreiras protecionistas nas importações, além disso, há uma busca constante por mercados mais lucrativos e a diversificação de riscos, ou seja, quando se tem uma atuação em países diversificados tendem reduzir os impactos com as crises econômicas locais (ROCHA, 2010).

A China tem investido maciçamente na produção de cimentos, principalmente com a ascensão da China, visto que se tornou o maior produtor de cimento do continente asiático, poucos são os grupos multinacionais que conseguem estar na China e competir pelo comércio na região, dentre estes poucos grupos está o Grupo Votorantim, com instalações próprias e

agregada ao mercado chinês sem causar prejuízo as empresas locais, haja vista, que a produção chinesa responde por cerca de 36% da produção mundial (ROCHA, 2010).

Para que a capacidade de produção alcance um patamar favorável, é preciso que o mercado interno esteja fortalecido, com a construção civil incrementada, com investimentos governamentais em obras de infraestruturas de grande porte, além disso, que o mercado de construção civil esteja aquecido. Assim, com o intuito de alavancar nessa área industrial, as empresas têm investido no mercado de trabalho e na formalização de acordos bilaterais e multilaterais, além disso, por meio de políticas governamentais tem possibilitado o crescimento da indústria cimenteira e, conseqüentemente gerando empregos (ZUMPARO, 2017).

3.5 AS BARREIRAS A EXPORTAÇÃO E AS POSSÍVEIS SOLUÇÕES

As barreiras comerciais podem ser entendidas como uma lei qualquer, um tipo de política, regulamentação, medida ou prática adotada por governos e que se direciona a restringir práticas comerciais, alegando inúmeros motivos, assim, para Braz (2013):

A barreira tarifária ou alfandegária é instrumento de política comercial utilizado pelos governos que trata das tarifas de importação, das taxas e valoração aduaneira, influenciando, assim, os preços do mercado. Um dos desafios enfrentados, principalmente pelos países em desenvolvimento, nas negociações multilaterais, é a eliminação ou, ao menos, a redução significativa das barreiras ao comércio (BRAZ, 2013, p. 8).

Geralmente as barreiras comerciais têm contribuído à redução do número de importação e exportações no país, visto que, restringem ou inviabilizam que as transações comerciais aconteçam. Segundo Braz (2013), dentre as medidas que podem ser tomadas para evitar são:

os acordos sobre barreiras técnicas com o objetivo de harmonização das normas, regulamentos técnicos e procedimentos de avaliação da conformidade entre os membros de diferentes comunidades. Ou seja, que os regulamentos e as normas técnicas não sejam produzidos e aplicados, pelos órgãos governamentais e não governamentais, de maneira que se configurem obstáculos para o comércio internacional, mas sim, uma forma a abranger um maior número de membros e participações (BRAZ, 2013, p. 9).

Com relação as restrições, tem as consideradas voluntárias às exportações, nesse sentido, quando um país decide importar um produto que é produzido numa empresa X considerada uma indústria ameaçada, esta induz que outros países possam vir a reduzir as exportações daquele produto ameaçam restringir com taxas comerciais mais elevadas, portanto,

as barreiras comerciais inviabilizam o crescimento das exportações ou das importações, ou seja, reduzem o crescimento do mercado, visto que, impedem que as corporações ampliem seu investimentos. Nesse sentido, Andrade e Reis (2015) realizou uma pesquisa sobre a competitividade brasileiras nas exportações e identifica que:

os principais problemas enfrentados pelas empresas brasileiras nas exportações, permitindo identificar os principais fatores que prejudicam e atrasam o desenvolvimento do setor no país, citados com a indicação da importância numa escala de 1 a 5, sendo 5 a pior nota. Falta de incentivo público (3,80), dificuldade em oferecer preços competitivos (3,73), tributação excessiva (3,62), deficiência de infraestrutura (3,55), complexidade da legislação (3,54), burocracia (3,40), oferta logística (3,06), complexidade da documentação (2,98), desempenho dos sistemas de informação públicos (2,94), dificuldade de acesso a recursos financeiros (2,90) e limitações das empresas exportadoras (2,31) (ANDRADE, REIS, 2015, p. 49).

Segundo Cortiñas (2010), dentre as barreiras que impedem o crescimento comercial das exportações brasileiras, destacam-se:

a burocracia e a morosidade no desembaraço aduaneiro onde se realizam operações de comércio exterior; a logística e o transporte no sentido de custos e processos necessários para a transformação espacial e temporal dos bens; o acesso a linhas de financiamento e a carga tributária excessiva (CORTIÑAS, 2010, p. 36).

Saquis (2011) analisa com base em estudos macroeconômicos que tanto as variações nos mercados internacionais quanto as altas taxas cambiais prejudicam significativamente a competitividade. Desse modo, Saquis (2011) alerta que:

O tratamento do comércio e de suas relações com o crescimento está muito fortemente atrelado à macroeconomia. Em boa medida, fatores macroeconômicos têm influenciado o comportamento histórico das exportações e das importações do Brasil. Entre estes fatores, figuram a escassez de poupança e de investimentos, a fragilidade do balanço de pagamentos e as condições adversas de financiamento externo da economia. Esses fatores restringem a fluidez das exportações e das importações como instrumentos complementares de uma estratégia de crescimento. Impõem, além das restrições domésticas ao crescimento, restrições externas ao seu fomento (SARQUIS, 2011, p. 111/112).

Segundo Braz (2013, p. 11), há outros pontos que prejudicam as exportações brasileiras e tornam o custo em exportar bem elevado, nesse sentido, tem-se “as burocracias alfandegárias e os custos de frete internacional; custo do transporte interno; greves na movimentação e liberação de cargas; custos portuários no sentido da baixa eficiência das

administrações portuárias”. Além disso, outro ponto que merece atenção no processo de exportação são as questões envolvendo uso de containers, transporte, o frete interno, atividades portuárias e o despacho aduaneiro (CNI, 2008).

E de extrema importância que o governo brasileiro enfrente estes entraves negativos, oportunizando obter melhoras na competitividade, e por sua vez, priorizando a participação no mercado internacional, torna-se relevante, visto que cresce o número de empresas exportadoras. Nesse contexto, Markwald (2003, p. 110), “a conclusão mais importante seja a de que qualquer política comercial só será bem-sucedida se contar com um compromisso forte, estável e duradouro do governo para viabilizar as exportações”.

Segundo Braz (2013, p. 12) destaca, para que o Brasil possa ampliar e desenvolver o comércio internacional, se faz necessário analisar as questões aduaneiras, visto que, existem segundo a autora “diferentes meios de se realizar o fluxo de ingressos e saídas de mercadorias do território, cabendo ao sistema aduaneiro regular este fluxo, de modo a ampliar o volume e a qualidade de trocas externas dos países como um todo”.

As questões referentes a infraestrutura e o transporte tem sido um obstáculo tanto para exportar quanto para importar, visto que, se apresentam precários e as esferas estaduais e federais tem investido muito pouco nesse âmbito, o que inviabiliza que o comércio de fato se desenvolva, atualmente as carretas com mercadorias passam dias nas estradas e ao invés da prática comercial gerar lucros acontece de forma contrária, pois, as mercadorias perecem no trajeto. Nesse contexto, segundo relata Braz (2013):

O caminho para o crescimento das exportações é a criação de parcerias. Os tratados internacionais visam a uma cooperação econômica, uniformizando padrões a serem adotados e, conseqüentemente, contribuindo para a diminuição das barreiras alfandegárias. Estes acordos comerciais beneficiam as empresas exportadoras. Dentre esses benefícios podem ser citados: melhorias nas condições de acesso aos seus produtos nos mercados dos países contratantes; preços mais competitivos naqueles mercados; margem de lucro ampliada; estímulo para aumento da capacidade instalada (BRAZ, 2013, p. 13).

O Brasil tem intensificado as relações comerciais nas últimas décadas, principalmente, ao inserir-se em blocos econômicos, parcerias e acordos internacionais como por exemplo: o MERCOSUL, BRIC’S, a OMC, dentre outros, com intuito de formar parcerias econômicas. Nesse sentido, para Cortiñas (2010), dentre as medidas que podem reduzir as barreiras são:

a simplificação dos procedimentos aduaneiros; a reforma tributária para desonerar a exportação de impostos extremamente altos; a melhoria da infraestrutura portuária brasileira; a redução dos custos burocráticos e financeiros; a facilitação de créditos e o acesso a linhas de financiamento; a adequação da infraestrutura doméstica; a agregação de valor à exportação; o aumento da base exportadora; a ampliação do acesso aos mercados; o incremento as exportações de serviços, entre outras (CORTIÑAS, 2010, p. 220).

Nesse sentido, visualiza-se que as atividades relacionadas a exportação são complexas e permeada por multifatores, que vão desde ações governamentais, questões de investimentos, além de oportunizar a promoção e capacitar empresários do setor de exportação, para que desenvolva práticas que gerem lucros e que por meios das parcerias público e privada se obtenha abertura econômica e investimentos que possam garantir lucro, aumentar a competitividade e reduzir significativamente as barreiras que impedem os desenvolvimento do comercio exterior do Brasil.

4 ATIVIDADES DO ESTÁGIO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 ATIVIDADES DO ESTÁGIO

Para o desenvolvimento do presente estudo, optamos como metodologia a pesquisa exploratória de caráter descritivo, constando de um levantamento bibliográfico, estudo de caso através da observação e entrevista semiestruturada. Durante o estudo percebemos a necessidade de apontarmos algumas sugestões, relacionadas à necessidade de realização de novos estudos de risco sobre o comércio internacional e as exportações e sugestões de exportação de outros produtos além do cimento. Como forma de contribuição futura para o bom desenvolvimento da Empresa.

O relatório foi desenvolvido com o objetivo de verificar como se dá o processo de exportação do cimento realizado pela Empresa Votorantim Cimentos, ocorreu inicialmente por meio de observações no departamento de vendas e de comércio exterior da empresa, em datas e em horários diferentes. Essa observação nos possibilitou constatar como se dava o processo de exportação de cimentos existente em um determinado setor da empresa, mais precisamente na área de vendas e comércio exterior desta empresa. Verificamos que no setor são recebidos os pedidos dos produtos que serão exportados para China, contudo, a empresa possui uma

unidade base própria no território chinês, em que também são produzidos cimentos e alguns derivados, e no caso do produto que é exportado não é exatamente o cimento pronto, mas insumos para sua produção em solo chinês.

Ao perguntar aos funcionários do departamento o porquê transportar esses insumos, a resposta dada a estes pesquisadores é que existe no solo em que se faz a extração do minério componentes que tornam o cimento mais resistente e com maior durabilidade. O que vimos é que a China também investe e produz cimentos, contudo busca nos insumos brasileiros complementar a sua produção proporcionando níveis de durabilidade e resistência no seu produto final. Nesse sentido, o que verificamos foi importante para entender o fluxo de investimentos, de logística no transporte do produto, além do número de pedidos e satisfação dos funcionários em realizar as negociações necessário para a chegada do produto ao destino final.

De acordo com a teoria moderna de administração, há um cenário inovador e diversificado um bem elaborado planejamento estratégico por parte dos seus gestores, com o objetivo de ter aí uma vantagem competitiva. Nesse sentido, o diferencial delineado na Votorantim Cimentos é a organização e o nível de gerenciamento das atividades propostas, outro ponto observado é que a empresa insere uma demanda de funcionários, em que independe de sexo, cor, orientação sexual, étnica e de gênero.

Para Dessler (2003), a gestão da diversidade acumula valor à responsabilidade social de uma organização além de funcionar como uma estratégia importante em um período econômico tão competitivo. Contudo para o Instituto Ethos (2016), a promoção e a valorização dessa diversidade se dará de forma mais efetiva por parte da empresa quando, através de um planejamento estratégico práticas de gestão sejam desenvolvidas com o objetivo de favorecer o planejamento estratégico e práticas de gestão sejam desenvolvidas com o objetivo de favorecer o autodesenvolvimento das pessoas.

Em uma segunda etapa entrevistamos três funcionários, que atuam na área de empresas de vendas e comércio externo da empresa em Laranjeiras, realizando as atividades relacionada à exportação de insumos para a produção cimenteira.

4.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A coleta de informações aconteceu no mês de abril de 2019 em duas etapas. Na fase inicial foi utilizada a técnica da observação, por nos possibilitar ser inserida no cenário dos acontecimentos e dele poder retirar informações do grupo de forma espontânea, permitindo uma

análise dos acontecimentos relacionados ao desenvolvimento das atividades relacionadas no setor analisado. A observação se deu no local de trabalho dos funcionários do setor de venda e comércio exterior da Fábrica de cimentos Votorantim em dias e horários distintos. Em seguida, optamos pela entrevista individual semiestruturada, com gestores participantes do estudo. De acordo com Tjora (2006), entrevista e observação são técnicas que conversam entre si. A entrevista conduz o pesquisador para a observação, enquanto que as observações podem sugerir ao pesquisador os aprofundamentos necessários à entrevista.

A entrevista semiestruturada foi feita a partir de uma única pergunta, tendo como foco a Gestão de negócios via exportação de insumos para a produção de cimento e a logística desse procedimento.

Análise dos resultados.

A partir da análise da investigação de campo será apresentado a seguir um resumo da percepção que os entrevistados têm sobre a Gestão de comércio exterior.

Características dos Participantes.

Os sujeitos da pesquisa foram funcionários da referida empresa como o supervisor, analista e administrador geral do departamento de comércio exterior da empresa, que segundo Ubirajara (2006), são voluntários que possuem grande relevância para o desenvolvimento da ciência, isso porque é através deles que se torna possível comprovar ou refutar uma problemática e assim ser ampliado para toda a população. A área que foi objeto de coleta de dados foi o departamento de finanças e comércio exterior, no qual é responsável pelas exportações dos produtos da empresa.

Participaram da pesquisa um total de 3% (03) dos colaboradores com idade entre 28 a 42 anos, entre eles 01 administrador geral com ensino superior completo em administração, 01 supervisor de campo com graduação completa em logística e 01 analista de riscos com graduação completa em economia.

Como são realizadas as exportações de insumos para produção de cimento entre as duas empresas?

M.C.L., “São realizados por meio de transações comerciais internas, visto que ambas são da mesma corporação, porém, o que difere é a quem se destina o produto final, geralmente, os pedidos chegam e em seguida são encaminhados para o departamento de produção e, por fim são embalados, despachados em caminhões que transportam o produto até o Porto de Salvador e em seguida são transportados por navios cargueiros para a China”.

P.L.M., “Sou responsável por organizar a documentação necessária para que os trâmites legais aconteçam, ou seja, para que a realização do negócio entre as duas empresas

aconteça é necessário que seja emitido notas de entrada e saída dos produtos, que os contratos de exportação entre ambas sejam confeccionados e assinados pelos diretores gerais, além das taxas de embarque de mercadores e os contratos com as empresas de transportes que são responsáveis pela logística devem estar devidamente em dia e com todas as taxas pagas”.

J.C.A., “Todos os contratos são avaliados, e em média por mês são realizados de 3 a 7 contratos fechados entre as duas empresas, nosso produto torna altamente durável o produto final assim a tendência é aumentar o número de contratos”.

Que pontos precisam ser revistos pela empresa para melhorar o atendimento para com os clientes chineses?

M.C.L., “As melhorias deveriam ser em relação a parte de logística, visto que, temos um porto marítimo no estado, com aporte para irmos de Sergipe direto para China, mas isto não acontece, deixamos de pagar impostos ao governo local para pagar ao de Salvador, já que toda a carga precisa ser transportada para o Porto de Salvador, além disso, as carretas que transportam os insumos passam cerca de 4 dias entre uma viagem e outra, se caso fosse feito diretamente pelo porto sergipano ganharíamos menos tempo, os gastos com logística seriam menores e o custo benefício para o estado seria melhor aplicado”.

P.L.M., “Com toda certeza a parte de logística, ainda gastamos muito com esse item, o que tem tornado caro manter o comércio entre as duas empresas, eu enquanto analista de risco, não visualizo mais como uma vantagem para empresa, visto que os gastos com logísticas têm encarecido o negócio, os diretores da empresa buscam uma solução junto ao governo sergipano, como uma possível viabilização do transporte ser realizado via porto de Sergipe e direcionado a China, visto que, algumas empresas de grãos já realizaram esse transporte recentemente, ou seja, transportaram soja em containers por meio do porto de Sergipe até a China, diante disto, aguardamos ter o mesmo benefício”.

J.C.A., “A logística e a infraestrutura local, visto que, temos que transportar os produtos via malha terrestre, contudo, as estradas estão com infraestrutura precária, as taxas cobradas para exportar o produto para China estão altíssimas e, mesmo com os acordos bilaterais construídos entre as duas nações, toda a peregrinação para transportar o produto tem tornado o negócio caro para ser mantidos”.

Quais as formas para superar as barreiras na internacionalização do setor cimenteiro?

Os respondentes a opinarem e apontarem as formas como o governo poderia estimular, de forma concreta, o aumento das atividades de exportação de cimentos ou insumos deste e mencionam que o governo poderia criar projetos visando a promoção da imagem por

meio de feiras internacionais, outros eventos que salientem os principais atributos dos produtos e o governo poderia ajudar com subsídios que compensassem os altos custos de produção, outro ponto interessante seria a redução de impostos, da taxa de juros, a melhoria da estrutura básica, como energia elétrica, telefonias, estradas, transporte e logística, a reforma trabalhista e redução da burocracia poderiam ajudar a aumentar as exportações no setor.

A fala de todos os entrevistados se refere a medidas que devem ser tomadas pelo governo na busca por mecanismos para superar as barreiras à exportação no setor, repercutindo um entendimento de que os custos de produção e qualidade do produto afastam o Brasil do mercado internacional e que, portanto, caberia ao governo buscar formas para mudar esse cenário.

O Quadro 1 relaciona as principais barreiras para ampliação das exportações de produtos do ramo cimenteiro no Brasil.

Quadro 1 – Principais barreiras para exportação de cimentos e insumos.

Principais Barreiras
Barreiras referentes ao custo de produção
Fatores negativos referentes ao preço dos derivados do cimento no mercado internacional e à taxa de câmbio
A qualidade do cimento e dos insumos no Brasil
Legislação interna e barreiras tarifárias

Fonte: Elaborado pelos autores, 2019.

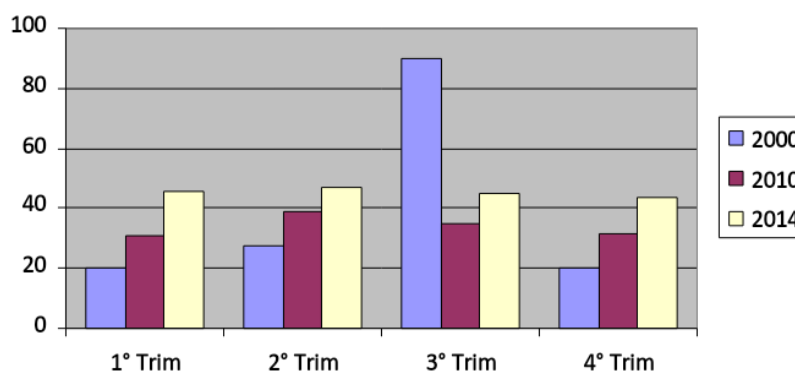
Em termos gerais e com base nos relatórios organizados pela empresa apresente os elementos que representam os custos logísticos.

Segundo os entrevistados e com os documentos apresentados, então os mesmos classificam que o maior obstáculo a realização dos contratos de exportação, são os gastos com logística, tendo em vista, as péssimas condições das rodovias, falta de ferrovias no eixo Sergipe e o excesso de burocracia dos portos, resultaram no aumento das filas de caminhões no porto de Salvador, resultando também no aumento dos custos e redução da competitividade do produto brasileiro no exterior, haja vista que os gastos com a infraestrutura tem superado o que se espera em termos de lucratividade.

Além das barreiras externas, as oportunidades comerciais que o mercado doméstico apresenta desestimulam os gestores a almejem conquistar novos mercados.

No ponto de vista das transações comerciais entre o Brasil a China mediante o comercio exterior exercido pela Fábrica de cimentos Votorantim baseado nos seguintes resultados:

Figura 4: Gráfico de exportações entre a Votorantim Sergipe e Votorantim China



Fonte: Votorantim Cimentos, 2019.

Analisando a figura 4, pode-se observar que em relação à participação das seções nas exportações brasileiras de insumos para produção de cimentos entre as duas empresas com sedes no Brasil e na China, cresceu de 90% no terceiro trimestre em 2000 para 34,6% em 2010 e em 2014 para 45% ambos no terceiro semestre de cada ano analisado, contudo, por meio desse gráfico evidencia-se que o ápice maior de exportações entre as duas empresas foi no ano de 2000, período em iniciou a prática de exportações, mas em 2014 apresentou uma significativa estabilidade em todos os trimestres do referido ano.

Dentre os fatores que tornam o comércio exterior e as dificuldades em tornar mercados competitivos, não só para área cimenteira, mas para outros que pretendem exportar, segundo Kolling (2017, p. 33 *apud* CALDEIRA, 2017), que afirma que “o custo extremamente elevado de produtos nacionais, quando comparado com produtos similares vendidos no mercado externo e interno, torna o Brasil menos competitivo. Isso é causado por diversos fatores como as altas taxas de juros, os impostos, a infraestrutura precária e o câmbio apreciado”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como principal objetivo relacionar os efeitos da prática de comércio exterior com base nas exportações de insumos para serem utilizados na produção de cimentos entre as empresas Votorantim Cimentos Brasil e China, além de entender o funcionamento dessa modalidade prática comercial a partir do departamento de vendas e de comércio exterior da empresa Votorantim Cimentos localizada em Laranjeiras/SE.

Neste Relatório buscou-se fazer um estudo aprofundado da ascensão chinesa e as relações sino-brasileiras, com base no estudo de caso de uma indústria cimenteira brasileira e as transações comerciais entre as duas nações compreendidas entre 2000 a 2014. No estudo de caso levantou-se que os insumos de cimento exportados obteve lucros no ano de 2000 enquanto que no ano de 2014 alcançou uma estabilidade, porém esse crescimento em 2000 se deu por conta de o governo do período analisado, oportunizar a abertura econômica e os acordos bilaterais entre as duas nações, visto que, nos anos seguintes o cenário mudou substancialmente, conforme os próprios funcionários relatam como os contratos são firmados, além disso, como os produtos são transportados.

Contudo, os funcionários do setor por meio de seus relatos explicam as dificuldades de continuar com a prática, visto que, os custos elevados de transporte e logística contribuem negativamente, em função da localização do porto que é localizado em Salvador, ou seja distante da sede no Brasil, as quais deste modo dependem de boa estrutura das rodovias para transportar até o porto, contudo, as rodovias estão em situação precária, o encarecendo ainda mais o negócio.

Outro ponto destacado pelos entrevistados e pelos teóricos é referente às barreiras comerciais, tanto do ponto de vista das decisões governamentais e ou por outras empresas por conta da competitividade no âmbito internacional, além disso, custos mais impactantes parecem ser a exagerada carga tributária, a legislação fiscal complexa e ultrapassada, além da péssima infraestrutura logística no país, os entrevistados entendem que cabe ao Governo lidar com esses desafios, implantando uma política que favoreça a redução desses fatores que dificultam a concorrência dos produtos brasileiros no mercado global, nesse sentido vai depender de como se comportará a economia brasileira e de fatores externos, como mudanças na política do novo governo. Por estas razões as exportações estão pouco significativas, o mesmo ocorrendo em relação às transações nacionais de cimento. O cimento é um produto de baixo valor específico e o custo do frete tem um grande peso no seu valor final.

Ainda nesse sentido, uma outra característica tem dificultado o comércio entre as nações, o que se verifica na queda das exportações nos últimos anos que é o fato de a China tem investido intensamente no ramo de produção cimenteira, o já a torna o maior produtor de cimentos do continente asiático, mesmo a Votorantim cimento tendo uma sede no país, e estar vendendo seus produtos diretamente ao consumidor chinês, todo esse cenário tem desmotivado os empresários, visto que, é uma indústria que requer grandes investimentos e está sujeita a pressões de custos e de mercado. Nesse sentido, um desafio para o setor são os problemas logísticos que a empresa tem enfrentado, que dificultam a distribuição de cimento.

As políticas de financiamentos dos bancos oficiais e privados são fatores favoráveis para investimentos na indústria do cimento. Um dos problemas observados no decorrer desse estudo é que essa indústria possui uma limitação logística e os gastos com transportes, já que o peso da logística do cimento é maior do que em diversos outros segmentos de bens de consumo além de encarecer o produto dependendo da localização de seus clientes, nesse sentido, os clientes estão em outro continente e com isso perde força de mercado e competitividade.

Os gestores enfatizam os fatores que atrapalham a competitividade das empresas: a exagerada carga tributária, a legislação fiscal complexa e ultrapassada, a excessiva burocracia administrativa e tributária, além da precária infraestrutura logística em todo país.

Por fim, cabe destacar que no período compreendido entre 2000 a 2014 exportações as exportações dos insumos para a base do cimento entre as duas empresas passaram por oscilações, principalmente no número de vendas, além disso os gastos com contabilizados com s taxas de exportação e portuárias tem representado um alto custo para a cadeia produtiva, além disso, os gastos com transporte e logística tem sido recorrente no diálogo dos que estão à frente da prática do setor de vendas e de exportação da empresa.

Dado à complexidade do tema sugere-se que sejam realizados outros estudos para desenvolver ainda mais o assunto. Pode-se focar isoladamente em temas como redução dos custos de produção no setor cimenteiro com aporte ao aprofundamento dos fatores relacionado as barreiras tarifárias, além disso, poderia abordar a criação de acordos bilaterais no setor cimenteiro.

REFERÊNCIAS

- ACYOLY, L.; PINTO, C. E.; CINTRA, M. A. M. **As relações bilaterais brasil – china: a ascensão da China no sistema mundial e os desafios para o Brasil**. Comunicados do IPEA, Brasília, n. 85, abril 2011.
- ACYOLY, L.; LEAO, F. P. R.; PINTO, C. P. **A china na nova configuração global: impactos políticos e econômicos**”. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, 2011.
- ANDRADE, Manoel de e REIS, Silva, Coordenador do Gvcelog. **As barreiras brasileiras para a exportação**. Disponível em: <http://www.portalsupplychain.com.br/?action=artigo&codigo=42#&panel1-3> Acesso em: 10/05/2019.
- APEXBRASIL, Agência brasileira de produção de exportações e investimentos. **Manual sobre barreiras comerciais e aos investimentos**. Brasília, 2017. Disponível em: < <http://www.apexbrasil.com.br/uploads/clique%20aqui.pdf>>. Acesso em: 18 mai. 2019.
- APEXBRASIL. **Como exportar China**. Ministério das Relações Exteriores (2018). www.investexportbrasil.gov.br/sites/default/files/.../estudo-comoexportarCHINA.pdf. Acesso em: 16.05.2019.
- BIANCHI; GUALDA. **O comércio exterior brasileiro e a importância do business english.. Revista Perspectiva em Educação, Gestão & Tecnologia**, V.6 N.12, julho-dezembro/2017
- BID. **China y América Latina: Nuevos enfoques sobre cooperación y desarrollo**.
- BID/Intal, Buenos Aires
- BRASIL. Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990. **Código de proteção e defesa do consumidor**.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da república federativa do brasil**. Brasília, DF: 05 de outubro de 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 05/05 2019.
- BRASIL. **MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS (MDIC)**. Principais produtos: ordem decrescente de valor: acumulado e mensal. 2010-2015a. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balancacomercial-brasileira-mensal>>. Acesso em: 04 abr. 2019.
- BRAZ, Karoline Garcia. **Exportação: as barreiras enfrentadas pelas empresas brasileiras**. Monografia, Curitiba, 2013.
- CALDEIRA, João Paulo. Entenda o custo Brasil. Brazilianas, 2011. Disponível em: Acesso em: 03 mai. 2019.

CARVALHO, Joana Gonçalves de. **Compreender as experiências de desemprego nos jovens adultos qualificados: o desafio da empregabilidade**. Universidade do Minho, 2014.

Características e possibilidades de incremento do comércio bilateral Brasil-China. CNI, 2004.

CASTILHO, Marta R. **Impactos distributivos do comércio Brasil-China**: efeitos da intensificação do comércio bilateral sobre o mercado de trabalho brasileiro. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, v. 91, p. 1-16, 2007.

CHIAVENATO, Idalberto. **Comportamento organizacional**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

_____, Idalberto. **Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 3 ed. 6. reimpressão – Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

_____, Idalberto. **Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações** – 4. ed. 6. reimpressão – Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

CIMENTO.ORG. **Mundo do Cimento, 2017**. Disponível em: <http://cimento.org/cimento-nobrasil/>. Acesso em 02/05/2019.

CONCEITO.DE. **Conceito de Comércio**. 2011. Acesso em: 21 mar. 2019

CORTINÃS, José Manoel; GAMA, Marilza. **Comércio Exterior Competitivo**. 4. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2010.

COSTA, Guilherme O. M. **A evolução do comércio entre Brasil e China**: uma análise das relações comerciais bilaterais sino-brasileiras. 2015. Monografia (Graduação), Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista – UNESP/Araraquara.

COSTA, Fabiana Kenia Silva. MENDONÇA, Talles Girardin de. **Evolução do comércio bilateral entre Brasil e China**: Análise das relações comerciais. In. *Revista Economia e Desenvolvimento*. Edição 29, vol 2, Jul - Dez 2017.

CROSSETTI, P. D. A. e FERNANDES, P. D. **Para onde vai a China?** O impacto do crescimento chinês na siderurgia brasileira BNDES Setorial, v.22, p.151-204. 2005.

CUNHA, Luiz Maurício Silva; FERNANDEZ, Cassiana Yumi Hayashi. **A indústria de cimento: perspectivas de retomada gradual**. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 18, p. 149-164, set. 2003.

CHRISTENSEN, Carl. **Porque as Empresas exportam**. In: ROCHA, Ângela da. *Gerência de exportação no Brasil*. São Paulo: Atlas, 2008.

CRUZ, Tamires Assis da; SANTANA, Lúcia Chagas de. **Revista de iniciação científica - RIC Cairu**. (2015).

DESSLER, Gary. **Administração de Recursos Humanos**. 2. ed. São Paulo: Pearson Education Brasil, 2003.

DPEC - BRADESCO. **Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos Bradesco**. Cimento. Junho, 2017. Disponível em: https://www.economiaemdia.com.br/EconomiaEmDia/pdf/infset_cimento.pdf. Acesso em 14/05/2019.

DIEGUES, A.C. “**Interdependência nas relações China – EUA: a formação da economia Sino-Americana e sua importância para o ciclo de crescimento econômico mundial entre 2.000 e 2.006**”, Anais do XIV Encontro Nacional de Economia Política, PUC-SP, São Paulo / SP, de 09/06/2009 até 12/06/2009.

ETHOS. **Perfil social, racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas**: pesquisa 2016. São Paulo: Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, 2016.

FERNANDES, L. et al. **Respeito à norma, protecionismo ou oportunismo**: uma análise da tomada de decisão chinesa no caso da soja brasileira. FACEF Pesquisa, Franca/SP. v. 8, n. 3, p. 61-76, 2005.

FERNANDES, Luis. **Neoliberalismo e Reestruturação capitalista**. In: EMIR, Sader; GENTILI, Pablo Gentil (Org.). **Pós-neoliberalismo: As políticas Sociais e o Estado Democrático**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 205.

FACCINI, F.; TRICHES, D.; GODOY, M. R. **Análise das políticas comerciais do Brasil, China e Índia de 1995 a 2011**. Universidade de Caxias do Sul, 2014. Disponível em: <http://www.ucs.br/site/midia/arquivos/TD_53_FEV__2013-1.pdf>. Acesso em 10/05/2019

FREITAS, E. **Comércio Externo Brasileiro**. 2016. Disponível em: Acesso em: 18 mar. 2016

GRÖNROOS, C. **Marketing**: gerenciamento e serviços: a competição por serviços na hora da verdade. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

GRUPO VOTORANTIM, **Relatório Anual e Social** 2014. Publicação interna.

HITT, M. A.; IRELAND, R. D.; HOSKISSON, R. E. **Administração Estratégica**: Competitividade e globalização. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

KEEDI, Samir. **ABC do comércio Exterior**: Abrindo as primeiras páginas. 4. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2012.

KOLLING, Márcio Henrique. **Análise das barreiras para ampliação das exportações dos produtos lácteos**. UNIVATES, RS, 2017.

KOTLER, Philip. **Administração de Marketing**: a edição do novo milênio. São Paulo: Atlas, 2000.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LOPEZ, José Manoel Cortinas; SILVA, Marilza Gama Pereira da. **Comércio exterior competitivo**. 1. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2002.

MACHADO, J. B. e FERRAZ, G. **Comércio Externo da China**: efeitos sobre as exportações brasileiras. Texto para Discussão no. 1182. IPEA, Brasília - 2006.

MAIA, Jayme de Mariz. **Economia internacional e comércio exterior**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MAIA, Guilherme Baptista da Silva. **DEFESA DA CONCORRÊNCIA E EFICIÊNCIA ECONÔMICA: UMA AVALIAÇÃO DOS CASOS AMBEV E NESTLÉ-GAROTO**. 2005. 218 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/teses/2005/defes_da_concorrencia_e_eficiencia_economic.pdf>. Acesso em: 01 mai. 2019.

MARKWALD, Ricardo. **Obstáculo ao crescimento das exportações**: sugestões para uma política comercial. Organizador e apresentação: Embaixador Clodoaldo Hugueney Filho. Brasília: IPRI, 2003.

MINISTÉRIO do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. CAMEX. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: abril de 2019.

MINTZBERG, H. **Criando organizações eficazes**: estrutura em cinco configurações. São Paulo: Atlas, 1995.

MORINI, C. **Negócios Internacionais**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008.

MORRISON, Wayne M. **China's Economic Conditions**. CRS Issue Brief for Congress, 2005.

NAIDIN, Leane Cornet; BRANDÃO, Fernanda; VIANA, Manuela Trindade (2012). **“Policy Brief: O processo de adesão da China e da Rússia à OMC e as implicações para a agenda dos BRICS”**. Núcleo de Desenvolvimento, Comércio, Finanças e Investimentos/ BRICS Policy Center / Centro de Estudos e Pesquisa BRICS.

NOGUEIRA, I. **Desenvolvimento econômico, distribuição de renda e pobreza na China contemporânea**. 2011. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Rio de Janeiro, 2011.

NOGUEIRA, Larissa Aparecida Costa. FERRAZ Lourival José de Oliveira. **Revista de direito do trabalho e meio ambiente do trabalho**. 2017.

NOGUEIRA, I. **A inserção comercial do Brasil na arquitetura produtiva centrada na China**. Rede de Estudos de América Latina e Caribe sobre Ásia-Pacífico (REDEALAP). Agosto, 2011. Disponível em: <http://www.academia.edu/4552088/_inser%C3%A7%C3%A3o_comercial_do_Brasil_na_arquitetura_produtiva_centrada_na_China>. Acesso em: 01/05/2019.

MDIC: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/index.php?area=5>>. Acesso em: 16/05/2019.

NORD, W. R. (Orgs.). **Handbook de Estudos Organizacionais**: Modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, 2007, p. 359-360

OLIVEIRA, Ivan T. M.; LEÃO, Rodrigo P. F. **A inserção diferenciada da China no comércio internacional**. Revista Desafios do Desenvolvimento, IPEA, ano 8, edição 60, 2010.

OMC. Report urges wto members to resist protectionism and “get trade moving again”. Disponível em: Acesso em: 12 mai. 2019.

PILATTI, A.; SANTOS, M. **O domínio da Língua Inglesa como fator determinante para o sucesso profissional no mundo globalizado**. 2011. Acesso em: 02 abr. 2019.

PUGA, F.; CASTRO, L.; FERREIRA, F.; e NASCIMENTO, M. **O Comércio Brasil - China**: situação atual e potencialidades de crescimento. Texto para Discussão no. 104. BNDES, Rio de Janeiro. – 2004.

RAMOS, Cantarino Costa G. **Comércio internacional, política comercial brasileira e a atuação da câmara de comércio exterior (CAMEX) na condução das políticas para o setor**. RIO DE JANEIRO. 2008.

REIS, Edna Afonso; REIS, Ilka A. **Análise descritiva de dados: síntese numérica**. Relatório Técnico RTP-02/2002 Série Ensino. Belo Horizonte, UFMG. 2002.

ROCHA, Marcos; CURADO, Marcelo; DAMIANI, Daniel. **Taxa de câmbio real e crescimento econômico: uma comparação entre economias emergentes e desenvolvidas**. Revista de Economia Política, v. 31, n. 4, p. 528-550, 2011.

RODRIGUES P. R. A. **Introdução aos sistemas de transporte no Brasil e à logística internacional**. 2. ed. São Paulo Aduaneiras. 2002.

SALVATORE, Dominik. **Introdução à economia internacional**: uma primeira edição. Rio de Janeiro: LTC, 2007.

_____, D. **Economia Internacional Sexta Edição**. Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 2000 (capítulos, 4, 7, 11, páginas 19,20, 53,54, 193-197).

SARQUIS, José Buainain. **Comércio internacional e crescimento econômico no Brasil**. Brasília. Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

SCHNEIDER, André Ricardo Silva. **Comércio exterior Brasil-China e as alterações na produção industrial brasileira no período 2000 a 2014**. Universidade Federal de Santa Maria, 2015.

SNIC. **Sindicato Nacional da Indústria do Cimento**. O Cimento. 2017. Disponível em: <http://snic.org.br/cimento.php>. Acesso em 02/05/2019.

SILVA, Clovis L. Machado da; FONSECA, Valéria Silva da. **Competitividade organizacional: Uma Tentativa de Reconstrução** - ANPAD 2010

STEFFEN, P.; ALBUQUERQUE, R. A.; ORTH, C. F. **China Perfil e Oportunidades Comerciais**. Apex Brasil, 2011. Disponível em: <<http://www.crbpz.org.br/PortalUploads/Docs/700.pdf>>. Acesso em: 10/05/2019.

SUKUP, Vitor. **A China frente a globalização: desafios e oportunidades**. Rev. Bras. Política Internacional, jul-dez.vol.45. n.002. IBRI. Brasília. 2002.

THORSTENSEN, Vera. **Brasil e China** - Conflitos de interesses à busca de uma agenda comum. Seminário Brasil e China no reordenamento das relações internacionais: oportunidades e desafios. 2011.

THORSTENSE, V. BRASIL E CHINA - DE CONFLITOS DE INTERESSES À BUSCA DE UMA AGENDA COMUM. Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, 2011. Disponível em: <<http://ccgi.fgv.br/sites/ccgi.fgv.br/files/file/BrasileChinadeconflitosdeinteresseabuscadeumaagendacomum.pdf>>. Acesso: 12/05/2019.

TJORA, A. H. **Writing small discoveries: an exploration of fresh observers' observations**. Qualitative Research, London, v. 6, n. 4, p. 429-451, 2006.

TOMELIN, Leticia Búrigo. Universidade Federal de Santa Catarina. **A formação de consórcios de exportação em Santa Catarina**. Florianópolis, 2000. 105 f. Dissertação (Mestrado)

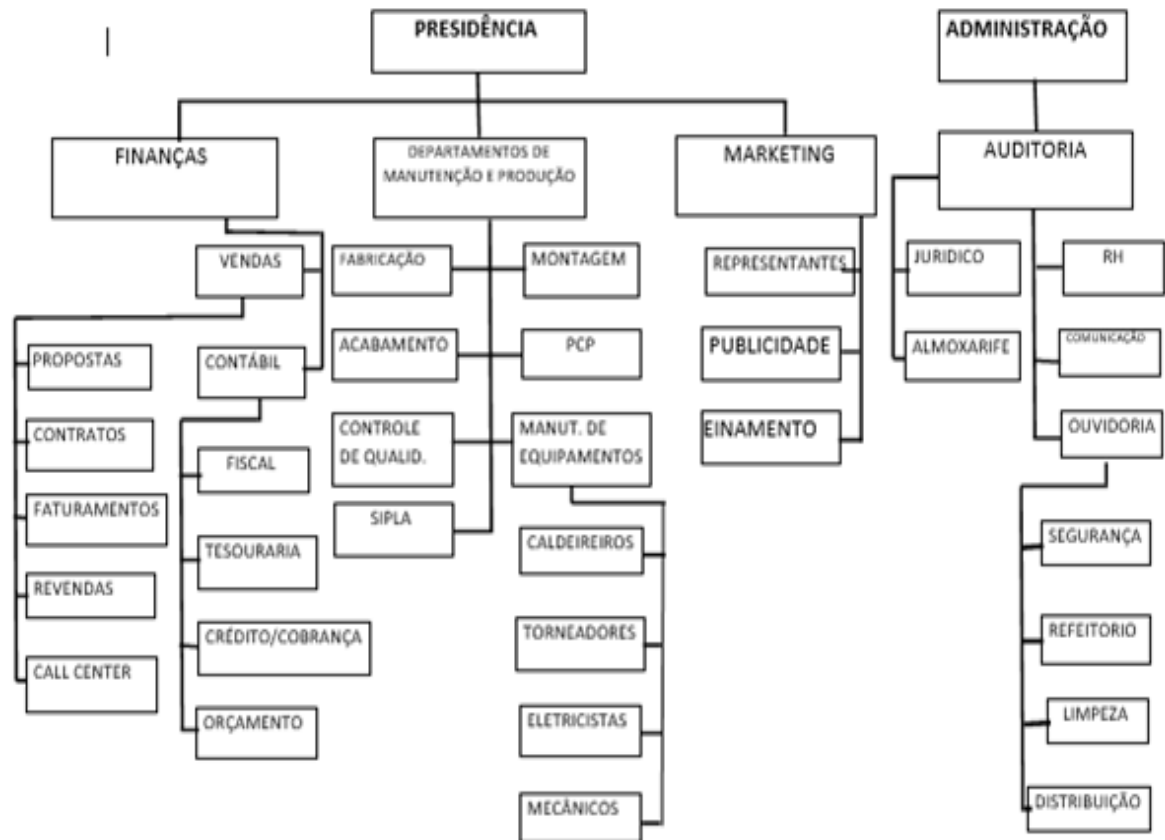
VAZQUEZ, José Lopes. **Comércio Exterior Brasileiro**. 9. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2009.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ZANELLI, Carlos José; ANDRADE, Jairo Eduardo Borges; BASTOS, Antônio Virgílio Bitencourt. **Psicologia, organizações e trabalho no brasil**. Porto Alegre: ARTMED 2014.

ZUMPARNO, Leonardo Neto. **Estratégias competitivas: uma análise do caso da VOTORANTIM Cimentos**. UFMG, Uberlândia/MG, 2017.

ANEXOS

Anexo A - Estrutura Organizacional da empresa

Fonte: Votorantim, 2019

APÊNDICES

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Declaro, para todos os fins de direito, que assumo total responsabilidade pelo aporte ideológico e conteúdo, conferido ao presente trabalho, isentando a Faculdade Amadeus - FAMA/SE, a Coordenação do Curso de Administração e de Estágio em Administração e o Orientador do Relatório de Estágio em Administração, de toda e qualquer responsabilidade acerca de possíveis cópias de trabalhos técnicos, apresentados no meu Relatório de Estágio. Sendo este de minha autoria, estou ciente, tanto das sanções que poderão ser aplicadas, pela FAMA, de acordo com a Lei 9610/98 de 19/02/98 e Lei 10.695/03(direitos autorais), como também, as administrativas pela Coordenação do Curso.

Aracaju/SE, 03 de junho de 2019.


JUAREZ CRISPINIANO DE OLIVEIRA
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO - Mat. 1031150007


NATALY SILVA ALVES DOS SANTOS
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO - Mat. 1031150032

DECLARAÇÃO

Eu, Jouciano César Santos, declaro para os devidos fins, junto à Faculdade Amadeus que fiz a revisão segundo as normas ortográficas vigentes, do Relatório de Estágio intitulado O P. EXT. ST-OP. DE L. PERS. MED. A ASC. E HINHA elaborado pelo(a) graduando(a) _____ à luz da linguística funcional.

Aracaju (SE), 18 de JUNHO de 2019.

Jouciano César Santos
 Nome da pessoa que fez a revisão
 RG ou RG Profissional
3.069.394.2

Auten 1: Juanes Espiniano de Oliveira
 Auten 2: NATALY SILVA ALVES DOS SANTOS